

A LEI 10.639/2003 E AS ESCOLAS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM CASTRO/PARANÁ

LAW 10.639 / 2003 AND SCHOOLS IN QUILOMBOLAS COMMUNITIES IN CASTRO / PARANÁ

Lucia Mara de Lima Padilha¹

Adir Fellipe Silva Santos²

Vera Lucia Martiniak³

Resumo

Este texto tem por objetivo apresentar algumas discussões sobre o olhar de professores(as) acerca da implementação das políticas públicas educacionais, especificamente da Lei 10.639/03, em escolas que recebem alunos (as) advindos de comunidades quilombolas no município de Castro, no Estado do Paraná. A pesquisa foi realizada no ano de 2018 e resultou em um trabalho de conclusão de curso (TCC), apresentado no Curso de licenciatura em Geografia, da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Alguns questionamentos direcionaram o estudo: Os temas relacionados à cultura afro-brasileira e africana estão sendo desenvolvidos por professores(as) da educação básica? Os(as) professores(as) têm o conhecimento dessas leis? O governo auxilia as escolas para que esse tema seja desenvolvido nas salas de aulas? Em busca das respostas para tais questões, foram realizadas entrevistas com professores(as) de duas escolas que recebem alunos(as) de comunidades quilombolas da região de Castro. Para a análise dos dados, utilizou-se a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que consiste por meio de uma síntese do discurso de cada entrevistado(a). Constatou-se que há, por parte dos(as) professores(as), desconhecimento das legislações educacionais vigentes, dentre elas a Lei 10.639/03, demonstrando a falta de preparo para o trabalho sobre a temática, e,

¹ Prof^a Dr^a. Docente no Departamento de Educação na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia - Gestão do Território na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

³ Prof^a Dr^a. Docente no Departamento de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

consequentemente, o não cumprimento da legislação.

Paravras-chave: Educação, Quilombola, Lei 10.639/03, Castro, Paraná.

Abstract:

This text aims to present some discussions about the view of teachers about the implementation of public educational policies, specifically Law 10.639 / 03, in schools that receive students from quilombola communities in the municipality of Castro, in the State of Paraná. The research was carried out in the year 2018 and resulted in a course conclusion paper (TCC), presented in the Geography degree course, of the State University of Ponta Grossa. Some questions led the study: Are the themes related to Afro-Brazilian and African culture being developed by teachers of basic education? Are teachers aware of these laws? Does the government help schools to develop this theme in the classroom? In search of answers to such questions, interviews were conducted with teachers from two schools that receive students from quilombola communities in the Castro region. For data analysis, the Collective Subject Discourse (CSD) technique was used, which consists of a synthesis of each interviewee's discourse.

Key words: Education, Quilombola, Law 10.639 / 03, Castro, Paraná.

Introdução

No Brasil, as políticas educacionais voltadas para a educação da população negra foram desenvolvidas mais significativamente após a Constituição Federal de 1988, sendo um avanço com a Lei de Diretrizes e Bases das Educação (LDB 9.394/96), e, em 2003, com a Lei 10.639/03⁴, que em 2008 se tornou a Lei 11.645/08⁵, a qual garante a obrigatoriedade do trabalho com temas sobre a cultura afro-brasileira e africana e cultura indígena no currículo oficial das disciplinas da educação básica, em todos os níveis, etapas e modalidades.

Libâneo, Oliveira e Toschi (2012) destacam a importância de se compreender as funções das escolas enquanto partes constituintes do sistema educacional. Os autores apontam que as políticas educacionais refletem as intenções e as ações do governo e

⁴ A Lei 10.639/03 alterou a LDB 9.394/96, colocando como obrigatórios o ensino e a valorização da história, das lutas, da cultura e das contribuições africanas e afrodescendentes no Brasil.

⁵ A Lei 10.639/2003 passou por uma mudança em 2008 e começou a incorporar no trabalho docente questões relacionadas, além da população negra e quilombola, discussões sobre o trabalho e a cultura indígena, sendo assim, a lei passou a ser mediada pela Lei 11.645/2008.

constituem as diretrizes organizacionais e curriculares da educação. Elas, portanto, não são neutras, apresentam valores e práticas que influenciam as escolas e o trabalho dos(as) professores(as).

Em 2004, o parecer do Conselho Nacional de Educação CNE/CP nº 3/2004 e a Resolução CNE/CP 1/2004 estabeleceu a educação das “[...] relações étnico-raciais como um núcleo dos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino de diferentes graus e como um dos focos dos procedimentos e instrumentos utilizados para sua avaliação e supervisão (SILVA, 2011, p. 12).

No ano de 2012, o Ministério da Educação, por meio do Conselho Nacional de Educação (CNE), estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação Escolar Quilombola, por meio da Resolução nº 8. Essa resolução teve por objetivo orientar os estabelecimentos de ensino, ajudar em forma de materiais específicos para a população quilombola, como manter as escolas em territórios quilombolas, garantindo um conteúdo diferenciado e levando em conta as práticas culturais, religiosas dessa população.

No Art. 9 das Diretrizes Curriculares Nacionais (2012) se estabeleceu que as escolas que estão em território quilombola, bem como as que recebem alunos(as) oriundos(as) de comunidades quilombolas, devem estar cientes da DCN para a Educação Escolar Quilombola. Nos Artigos 31 e 32, apresentam-se as recomendações da organização do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, sendo que a comunidade deve participar da elaboração dos PPP, como está disposto no Art. 32: “O projeto político-pedagógico da Educação Escolar Quilombola deverá estar intrinsecamente relacionado com a realidade histórica, regional, política, sociocultural e econômica das comunidades quilombolas” (BRASIL, 2012, p. 12).

No Paraná, no ano de 2006, pela Deliberação do Conselho Estadual de Educação (CEE) nº 04/06, que orienta a criação nos estabelecimentos de ensino do estado, às Equipes Multidisciplinares – espaços compostos por professores(as) de diferentes áreas – cabe discutirem, estabelecerem estratégias e ações para o cumprimento da Lei 10.639/03 e da Lei 11.645/08.

A Resolução nº 3399/2010, da Secretaria do Estado de Educação do Paraná, determina a composição dessas equipes. O Art. 4 estabelece que devem compor a Equipe Multidisciplinar professores(as) de diferentes áreas de conhecimento, tendo pelo menos um representante de cada área, das ciências humanas, ciências exatas e ciências biológicas.

Já no Art. 10 desta Resolução, estabelece-se que, em estabelecimentos que tenham alunos(as) advindos(as) de comunidades quilombolas ou estabelecimentos dentro das comunidades, devem fazer parte da equipe um integrante dessas comunidades para auxiliar nas atividades a serem desenvolvidas (PARANÁ, 2010).

Com esta determinação, os estabelecimentos devem trabalhar junto com a comunidade quilombola, sendo presentes na realidade escolar e de extrema importância tal integração, garantindo também, com a atuação desta equipe, o cumprimento da legislação vigente para o trabalho com a cultura e a história da África e dos afro-brasileiros.

Algumas questões relacionadas à efetivação da legislação educacional, na realidade das políticas públicas, vêm à tona, entre elas: Será que, de fato, os temas relacionados à cultura afro-brasileira e africana estão sendo desenvolvidos por professores(as) da educação básica? Os(as) professores(as) têm o conhecimento dessas leis? O governo auxilia as escolas para que esse tema seja desenvolvido nas salas de aulas?

1. Metodologia

Com o propósito de responder a tais indagações, buscou-se averiguar a situação encontrada em escolas que recebem alunos(as) advindos(as) de comunidades quilombolas, que, segundo as legislações e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, demanda atividades diferenciadas. Desta maneira, foram escolhidas duas escolas no município de Castro/PR, sendo uma escola de responsabilidade do município de Castro e outra de responsabilidade do Estado do Paraná.

A escola municipal do campo, está localizada na área rural do Distrito do Socavão, em Castro/PR, fica a aproximadamente 40 quilômetros da área urbana e atende alunos(as) de uma comunidade quilombola que está a cerca de 15 quilômetros da escola, também pertencentes área rural. A escola conta com três professoras, divididas em turmas da educação infantil (Pré I e II) e Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), nos períodos matutino e vespertino.

O colégio estadual do campo, que também fica na área rural, está localizado na sede do Distrito do Socavão, a aproximadamente 30 quilômetros da zona urbana do município, e atende alunos(as) de mais de 35 comunidades do entorno, e dentre elas, três das comunidades quilombolas da região de Castro/PR.

Em Castro, os quilombos foram formados a partir de fugas e rebeliões. Localizada no caminho de Viamão, no período em que o tropeirismo estava no seu auge, essa região

abrigou em suas terras muitos tropeiros e comerciantes que por lá passaram. “As fazendas, que desenvolviam o criatório de animais para atender as tropas, foram formandos nos Campos Gerais, juntamente com a abertura dos caminhos, organizando e realizando as atividades de subsistência dos habitantes” (NASCIMENTO, 2004, p. 28).

A principal fazenda, na qual era possível acampar durante longos períodos de viagem, era Capão Alto, originada da sesmaria concedida, em 1704, a Pedro Taques de Almeida e que, posteriormente, em 1751, foi adquirida pelos religiosos de Monte do Carmo de São Paulo. Nesta fazenda, centenas de cabeças de gado foram criadas, currais construídos e muitos negros escravizados □ o número de escravos particulares da fazenda era o maior da região do Paraná.

Por volta de 1760, os padres Carmelitas retiraram-se da região, deixando a fazenda sob a responsabilidade de um administrador, que cuidava dos interesses do local e dos escravos que nela residiam. Cem anos após a saída dos Carmelitas, em 1864, a Fazenda Capão Alto foi vendida, e, além das terras e todas as dependências, foram incluídos na venda os mais de 300 escravos que nela residiam.

O interesse dos novos proprietários da fazenda era o de levar para São Paulo o maior número possível de escravos, para trabalharem nas fazendas de café, ficando de fora apenas os velhos e os inválidos. Rebelando-se contra os novos donos, os negros da fazenda Capão Alto não aceitaram ser transferidos para o trabalho em São Paulo.

Os negros que foram dominados “[...] viram a polícia invadir as senzalas, onde encontrara, segundo o relatório do chefe da polícia de Curitiba, facas e facões de serviço do campo e algumas espingardas carregadas com balas (CURITIBA, 1985, p.29)”. Foram encaminhados para as cadeias existentes em Castro e Curitiba, para, posteriormente, serem entregues à firma paulista. Os que conseguiram fugir foram para locais distantes, cerca de 65 quilômetros da região urbana de Castro, e formaram os Quilombos Serra do Apon, Limitão e Mamãs. Eles eram “[...] divididos estrategicamente em dois grupos: os Acróbios foram para a Serra do Apon, em Faxinal de São João e na Porteira, e os Mamãs foram para a região que hoje tem este nome, no Ribeirão e no Imbuial” (CURITIBA, 2008, p.84). Essas comunidades foram reconhecidas e identificadas no ano de 2004, a partir dos dados coletados pelo grupo de trabalho inter-secretarial Clóvis Moura⁶, do Estado do Paraná, em

⁶ As regiões paranaenses, reconhecidas pela fundação Palmares, nas quais existem descendentes de quilombolas, denominadas por Comunidade Remanescente Quilombola (CRQ) e Comunidade Negra Tradicional (CNT), são: Mesorregião de Curitiba, que compreende as microrregiões: do Cerro azul, de Paranaguá, da Lapa e de Curitiba; a mesorregião Centro-oeste, com a microrregião de Ponta Grossa; a mesorregião Centro Sul, que compreende as

parceria com outras secretarias, que realizaram um levantamento dos Quilombos existentes no Estado.

A pesquisa foi realizada a partir de entrevista estruturada feita com os(as) professores(as) das escolas, as quais foram gravadas⁷. Na Escola Municipal do Campo, foram entrevistadas as três professoras que compõem o corpo docente da escola. As entrevistadas ministram aulas em turmas do Ensino Fundamental I e Educação Infantil, de todas as disciplinas: geografia, história, matemática, português, educação física, artes e ciências. O tempo de serviço das entrevistadas é acima de 20 anos, então, pode-se considerar que são professoras com experiência.

O colégio estadual do campo oferta o Ensino Fundamental II e Ensino Médio, também na região do Distrito do Socavão, em Castro/PR, sendo a mais próxima das comunidades quilombolas desse distrito. As perguntas foram direcionadas a professores(as) de diversas disciplinas, das ciências humanas, exatas e biológicas, de modo que foram realizadas 12 entrevistas de um total de 40 professores(as) e equipe pedagógica, divididas em 10 entrevistas de professores(as) e duas da equipe pedagógica, com tempo de serviço diversificado, com professores(as) com um ano de atuação na escola e até de professores(as) com mais de 20 de atuação.

A escolha dos(as) entrevistados(as) foi realizada no sentido de buscar as diferentes disciplinas que compõem o currículo da educação básica; nesse sentido, tentou estabelecer um diálogo com pelo menos uma entrevista para cada área do conhecimento. O Quadro 1 mostra o perfil dos entrevistados, tempo de atuação e disciplina que ministra.

Quadro 1: Perfil dos entrevistados no Colégio Estadual

Entrevistados	Função/disciplina	Tempo no colégio
Entrevistado 1	Pedagoga	8 meses
Entrevistado 2	Matemática	17 anos
Entrevistado 3	Português	7 anos
Entrevistado 4	Geografia	13 anos
Entrevistado 5	História	20 anos
Entrevistado 6	Pedagoga	12 anos
Entrevistado 7	Geografia	30 anos
Entrevistado 8	Português	21 anos

microrregiões de Candói, Guarapuava, Palmas e Turvo; a mesorregião do sudeste, com a microrregião de Prudentópolis; a mesorregião do Oeste, que compreende as microrregiões de Guaíra e de São Miguel do Iguçu; mesorregião do Norte, com a microrregião de Ibaiti.

⁷ Para a realização das entrevistas, os(as) professores(as) liberaram as gravações de suas falas, bem como estavam cientes quanto aos procedimentos da pesquisa, assinando o termo de consentimento livre e esclarecido.

Entrevistado 9	Inglês	10 anos
Entrevistado 10	Educação física	2 anos
Entrevistado 11	Ciências/biologia	meses
Entrevistado 12	Língua portuguesa	13 anos

Fonte: Os autores

As entrevistas partiram de perguntas preestabelecidas, ou seja, uma entrevista estruturada que consiste em seguir um roteiro, mas ao longo dela podem surgir novas questões a serem colocadas (MARCONI; LAKATOS, 2006).

Para a análise dos dados, utilizou-se a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), de Fernando Lefèvre e Ana Maria Cavalcanti Lefrève, que é feita por meio de uma síntese do discurso de cada entrevistado. O DSC visa, com sua operacionalidade, achar as expressões-chave (ECH) de cada resposta para uma determinada pergunta. As ECH “[...] são trechos selecionados do material verbal de cada depoimento, que melhor descreve seu conteúdo” (LEFÈVRE; LEFRÈVE, 2005, p. 22). Posteriormente, será identificada nas ECH a ideia central contida, e assim se formarão as categorias das ideias centrais, sempre identificadas.

Segundo Lefèvre e Lefrève (2005), após se identificar a ideia central, é redigido o DSC, que nada mais é do que a união das ECH de ideias centrais semelhantes ou complementares, a partir do que será feita uma síntese com coerência. Essa técnica de análise seleciona todas as respostas dos entrevistados, não sendo respostas individuais, mas sim o conjunto de falas que expressam a mesma ideia, formando o discurso coletivo. Ou seja, é o agrupamento de respostas dos entrevistados cujo conteúdo tenha o mesmo significado, juntando-se a síntese de cada resposta, para se tornar o DSC.

2. As vozes das professoras da Escola Municipal do Campo

A legislação que garante um trabalho diferenciado com alunos(as) de comunidades quilombolas, tanto a Lei 10.639/03 quanto a DCN, não garante, na prática, esse trabalho. O entendimento sobre o significado de quilombo e quilombola é de extrema importância para o desenvolvimento de atividades que retratem e cumpram a legislação. Leite (2000) aponta essa importância e como é o quilombo é diverso. O conhecimento sobre quilombo e quilombola não é conhecido por duas entrevistadas. A Entrevistada 2 tem uma pequena compreensão de que “quilombo é um lugar assim, que os escravos buscaram para se refugiar né, e quilombolas é as pessoas que moravam lá né” (Entrevistada 2). Leite (2000) aponta que quilombos eram comunidades que abrigavam brancos pobres também, não somente escravizados.

Saber sobre as legislações vigentes é fundamental para se desenvolver um trabalho

competente e não excludente. Autores como Gomes (2012) refletem a importância delas para romper barreiras e preconceitos ainda existentes na sociedade. O questionamento sobre o conhecimento das legislações foi realizado com as professoras, as quais relataram o seu desconhecimento e que nunca realizaram especialização sobre a temática. Em face disso, o trabalho com temas da cultura afro-brasileira e de África fica refém de algumas intervenções, que muitas vezes nem ocorrem. Foi perguntado para as entrevistadas se trabalhavam, em suas aulas, com tais temáticas e para o reconhecimento e a valorização dos quilombolas.

A Entrevistada 2 relatou que não trabalha com essa valorização, ao passo que as Entrevistadas 1 e 3 afirmaram que fazem pesquisa somente em livros. Sobre o trabalho com os temas, as entrevistadas dizem fazê-lo de forma superficial, somente com o que encontram em livros. Segundo a Entrevistada 2: *“a gente trabalha assim, quando está no conteúdo né, a gente vai trabalhando, desenvolve com eles. O que está no planejamento e nos livros”*. Já a Entrevistada 3 tenta inserir a discussão nas aulas de matemática: *“a gente trabalha é, gráfico com eles quando está trabalhando né, matemática né, quando a gente trabalha com o livro de artes a gente fala bastante sobre a cultura dos quilombolas”*.

O trabalho com a temática afro não é realizado nem mesmo em datas específicas, como 13 de maio e 20 de novembro. A Entrevistada 2 relata que não é realizado nada, e as Entrevistadas 1 e 3 têm um trabalho superficial, não garantindo o trabalho com a temática no ensino, tendo muitas vezes uma ideia equivocada, em que o conteúdo em si não é trabalhado. A Entrevistada 1 afirma que *“às vezes nós fazemos algumas lembrancinhas, mas o conteúdo não fazemos nada”*, e a Entrevistada 3 argumenta: *“fazemos cartazes, fazemos trabalhos em cima daquilo para eles ficarem mais cientes o que que é né, quilombolas, porque muitos falam quilombolas, mas não tem o conhecimento né”*. Isso indica que o trabalho é realizado individualmente na sala de aula, e não com a escola toda.

Perguntado às professoras se há auxílio dos órgãos públicos com materiais sobre a temática, as Entrevistadas 1 e 2 foram enfáticas em dizer que não há, nem da Prefeitura, ficando o trabalho à mercê de ações das professoras; a Entrevistada 3 informou que os órgãos públicos fornecem livros, mas é algo pontual, pois estão relacionados, em sua maioria, a uma realidade distinta da encontrada nessas comunidades e são descontextualizados.

Também foi questionado as professoras o que pensavam que poderia ser feito para a valorização dos negros e dos quilombolas. As Entrevistadas 1 e 2 disseram que é necessária a valorização da comunidade e dos quilombolas, que está relacionada ao conhecimento da comunidade, dando valor e, conseqüentemente, oportunidades, podendo haver a permanência

dos moradores na comunidade. A Entrevistada 2 relatou que *“tinha que valorizar mais a comunidade né, porque daí até assim para as crianças ficarem lá mesmo não ter que sair para estudar em outro lugar né”*. A Entrevistada 1 complementou que *“eles precisam conhecer as coisas de antigamente né como era sofrido o tempo dos quilombolas né, eles sofriam muito né, é bom hoje em dia as crianças saberem né, para dar valor né”*. Já a Entrevistada 3 relatou que *“Tem que trabalhar igual aos outros, porque dessa descendência ter que separar o trabalho deles, acho que para eles não se sentirem, desvalorizados, trabalhar igual”*. .

Esses relatos vão ao encontro do que vários autores aduzem, a exemplo de Costa (2006), que argumenta sobre o mito da democracia racial, pregando que todos são iguais e têm as mesmas oportunidades, o que, na realidade, não ocorre.

Por fim, a última pergunta foi relacionada sobre a visão das entrevistadas quanto ao que o governo e a própria escola podem fazer para se cumprir a legislação. As entrevistadas demonstram que é necessário haver a valorização da comunidade, num primeiro plano, para que os órgãos competentes conheçam a realidade da comunidade e saibam agir posteriormente, melhorando a qualidade de vida da comunidade quilombola. Assim, os órgãos públicos devem, segundo a Entrevistada 2, *“procurar conhecer mais a comunidade né, conhecer a realidade das pessoas como vivem né, daí conhecendo eles sabem o que precisa para desenvolver.”* A Entrevistada 1 segue a mesma linha de pensamento, declarando que os órgãos públicos *“tinham que dá o apoio né, porque é uma coisa que vai valorizar para o futuro né para as crianças né”*. A Entrevistada 3 falou sobre a importância da formação continuada e de que o município proponha alguma formação voltada ao tema, para que se atendam as legislações vigentes e se cumpra o que está disposto na DCN de 2012, valorizando a comunidade e ela estando presente na escola. Assim, conforme a Entrevistada 3, o governo *“Tem que dar bastante apoio, seria necessário ter uma formação para a gente, como temos a formação continuada nas outras áreas, poderíamos ter nesta”*.

Portanto, é perceptível que o cumprimento do que está disposto na Lei 10.639/03 e Lei 11.645/08, e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, está muito longe de ocorrer, haja vista que se preserva ainda uma educação que não valoriza a pluralidade das culturas, histórias e narrativas, como é o caso da cultura africana.

3. As vozes dos(as) professores(as) do Colégio Estadual do Campo

As questões foram direcionadas para o conhecimento sobre a equipe multidisciplinar

do colégio, sobre a legislação vigente, sobre os conceitos como quilombo e quilombolas e sobre o que os(as) professores(as) esperam para que haja uma valorização dos quilombolas e da população negra. Procurou-se estabelecer uma conversa com os(as) entrevistados(as), com explicações de pontos que geravam dúvidas, deixando-os livres nas respostas.

Uma das primeiras perguntas realizadas foi: ‘Sabe o que é a equipe multidisciplinar?’. Desta questão foram retiradas três ideias centrais, separadas em categorias, formando-se um DSC em cada, sendo cada categoria e ideia principal: A – Valorização dos quilombolas; B – Acolher os quilombolas; C – Colocar na prática os estudos sobre diversidade.

A primeira categoria reúne respostas de cinco professores(as) quanto à equipe multidisciplinar como fundamental para a valorização dos quilombolas e da população negra, garantindo o cumprimento da legislação vigente, refletida na Lei 10.639/03 e a equipe ajudando os(as) professores(as) a colocar, em seus planejamentos, elementos referentes ao cumprimento da legislação:

São instancias de decisões educacionais e políticas para que através de representantes paritários, pudessem implantar e articular atividades e eventos que fossem possíveis desenvolver a Lei 10.639 de 2003, valorizando a cultura afro-brasileira e africana e que fossem implantadas nos currículos, completando as disciplinas da Base Nacional Comum, para mostrar para os alunos, a valorização dos quilombolas, procurar valorizar essa história, vê a diferença dos quilombolas, dos indígenas, negro. A comunidade está sendo valorizada, os afros estão dentro da escola, da vida cotidiana (DSC – Categoria A – Valorização dos Quilombolas).

Como aparece nas falas dos(as) professores(as), a equipe multidisciplinar veio para valorizar estas populações, com aspectos relacionados à cultura, modos de vidas próprios e como a escola que tem a presença de alunos(as) advindos(as) de comunidades quilombolas.

A categoria ‘B – Acolher os quilombolas’ está direcionada ao acolhimento, na escola, de alunos(as) advindos(as) das comunidades, sendo três entrevistados. O intuito das equipes pelo que está presente nas legislações está direcionada ao trabalho e desenvolvimento de reflexões quanto à temática quilombola e ao ensino da África e cultura afro-brasileira, refletindo em ações diversificadas para a valorização desta população, eliminando o preconceito e as injustiças, como: “*Cuidar das culturas diferentes, para inserir todo mundo, pra gente está acolhendo eles, se inteirando dessas comunidades e procurando acolher eles dentro da escola*” (DSC – Categoria B – Acolher os quilombolas).

Essa DSC traz alguns pontos importantes quanto à instrução das equipes multidisciplinares (PARANÁ, 2010), e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola de 2012 apresentam a participação da comunidade quilombola em

decisões e formulações de Projetos Políticos Pedagógicos e decisões de como estarão, essas temáticas, presentes na escola.

Por fim, a última categoria, a 'C – Colocar na prática os estudos sobre diversidade' traz opiniões de quatro professores(as) que corroboram no sentido de que é preciso estudar essas temáticas e propor ações para que ocorra a valorização, bem como o conhecimento, não sendo algo esporádico e/ou temporário, mas que envolva todo o colégio e não algo pontual por parte de cada professor:

Estuda sobre a diversidade, para fazer análise e também ações diante dos grupos étnicos raciais, trabalha a consciência negra e que tenta colocar em prática esse estudo para também inserir dentro da nossa sociedade (DSC – C – Colocar na Prática os estudos sobre diversidade).

A ideia expressa apresenta aquilo que compete à equipe multidisciplinar, no que diz respeito ao estudo das leis, que deveriam ter um retorno em atividades no colégio e uma delas está relacionada à semana da Consciência Negra, em 20 de novembro, mas é perceptível que ações estão concentradas somente nesta data, não sendo desenvolvidas ao longo do ano letivo, como determinam as legislações.

Por meio destas três categorias, percebe-se que há um entendimento, por parte dos(as) professores(as) e da equipe pedagógica, sobre o que seriam as equipes multidisciplinares, mas não há um entendimento da totalidade, sendo um trabalho muito estanque. Tanto a DSC A como a B e a C vão ao encontro da valorização por meio da educação, cultura africana e afro-brasileira, cumprindo a Lei 11.645/08, como argumenta Gomes (2011).

A partir do questionamento 'Como é o trabalho da equipe no colégio?', buscou-se perceber como a equipe tem agido atualmente, se de fato está sendo um espaço de discussão e planejamento de atividades que trabalham com todos(as) os(as) alunos(as) sobre a cultura afro-brasileira e sobre as comunidades quilombolas. Esta questão gerou três categorias das ideias centrais, em que as categorias representam a visão dos(as) professores(as) da equipe multidisciplinar. As categorias são: A – Equipe pouco atuante; B – Estudo e ação; e C – Realidade da comunidade e da equipe.

A categoria 'A – Equipe pouco atuante' vem demonstrar como a equipe está hoje, tendo atualmente uma atuação menor comparada no começo da sua implantação:

Não tem uma atuação efetiva, em anos anteriores a gente percebia que havia um inteiramente maior, a gente fazia reuniões e hoje existe a equipe mais não se faz um grupo de estudo como era antes. No começo a gente foi fazer cursos para saber sobre a Lei 10.639, daí nesse tempo o Estado tomou para si essa responsabilidade, quilombola ou a Lei 10.639, acho

que passou a não ser prioridade, a ênfase na nossa escola não está sendo mais as comunidades quilombolas, esse ano ainda não foi desenvolvido nenhum projeto, nada que a gente tenha sentado e conversado ainda (DSC – A – Equipe pouco atuante).

É perceptível, na fala dos(as) professores(as), que a atuação da equipe tem deixado a desejar, sem propor atividades que envolvam toda a escola e que traga para dentro da escola as comunidades, estando em contraponto ao que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola apresentam, em ter os representantes das comunidades dentro de decisões na escola.

Já a categoria ‘B – Estudo e ação’ traz, em seu DSC, a atuação da equipe multidisciplinar, o papel que ela desenvolve na escola:

Eles fazem visitas, daí repassam quando tem alguma reunião pedagógica, uma semana pedagógica, um encontro, uma formação é repassada o que está sendo trabalhado, apresentam alguma coisa para trabalhar com os alunos. Estamos atualmente no quarto encontro, fazendo estudos com artigos, várias referências bibliográficas inclusive com vídeos para justamente ter mais esse contato teórico com a nossa realidade, desenvolvendo grupos de estudos e práticas que daí é organizado também o dia da consciência negra (DSC – B – Estudo e ação).

Percebe-se, na DSC, para quem faz parte da equipe, que há estudos que devem ser feitos, para justamente conhecer e saber como atuar para a implementação das equipes na escola, desenvolvendo atividades, estudos que são repassados em reuniões pedagógica e/ou outros encontros realizados com todos(as) os(as) professores(as) para orientar para que todos trabalhem a temática em suas aulas.

Por fim, a categoria ‘C – Realidade da comunidade e da equipe’ expõe a atual situação da equipe, como também o trabalho com a realidade das comunidades, pois muitos não conhecem como são estas comunidades:

Nós trabalhamos todos muito unidos, estamos atualmente fazendo cursos a distância, a dificuldade é a de a gente reunir todo mundo e colocar em prática, aliar o conhecimento da realidade da nossa comunidade quilombola e mostrar para eles como que são essas comunidades, onde eles vivem na região, realizando um trabalho o ano todo (DSC – C – Realidade da comunidade e da equipe).

Como a escola do campo está localizada na área rural do município, quase todos(as) os(as) professores(as) se deslocam da área urbana para ministrar aulas no colégio. Desta maneira, como relatado no DSC, há uma imensa dificuldade em fazer reuniões, pois é difícil reunir todos os que fazem parte da equipe, afetando um trabalho mais efetivo.

A DSC ‘C’ vai em contraponto com a DSC ‘A’, que demonstra que não há uma atuação

contundente da equipe nestes últimos anos, sendo insuficiente o desenvolvimento de atividades no decorrer do ano. Percebe-se que, por conta das dificuldades em deslocamento, isso acaba afetando a atuação da equipe, não se realizando um trabalho satisfatório para o cumprimento das Leis 10.639/03 e Lei 11.645/08.

Outro questionamento, sobre qual conhecimento os(as) professores(as) têm sobre os conceitos atuais de quilombo e quilombola, gerou três categorias de ideias centrais, assim nomeadas: A – Quilombo como território, quilombola como remanescente; B – Sem conhecimento; C – Quilombo como passado, quilombolas como ex-escravizados.

A primeira categoria, ‘A – Quilombo como território, quilombola como remanescente’, leva a uma interpretação de certo entendimento dos(as) professores(as) quanto a estes conceitos, como demonstrado no Discurso do Sujeito Coletivo, que conta com a entrevista de seis professores(as):

Quilombo são comunidades alternativas de negros e indígenas e brancos pobres que se reuniam através da resistência e da luta para conseguir se libertar das amarras, das injustiças cometidas principalmente nas grandes fazendas onde eles viviam. Quilombolas são as pessoas que são consideradas remanescentes desses quilombos (DSC – A – Quilombo como território, quilombola como remanescente).

Esta definição de quilombo corrobora a trazida por Leite (2000, p.335), a qual acrescenta que o quilombo, atualmente, significa “[...] um direito a ser reconhecido e não propriamente e apenas um passado a ser lembrado”. Com isso, devemos deixar da ideia de quilombo como passado.

Contudo, quatro professores(as) entrevistados(as) não tinham a noção do significado dos termos de quilombo e quilombolas, apresentados na categoria ‘B – Sem conhecimento’, mesmo sendo presentes alunos(as) dessa população na realidade da escola, que se pode interpretar a partir de certa ineficiência da atuação da equipe multidisciplinar, que deveria esclarecer e apresentar essa realidade para os(as) professores(as), mesmo aqueles(as) que iniciaram neste ano.

A última categoria das ideias centrais desta questão, a categoria ‘C – Quilombo como passado, quilombola como ex-escravizados’, está relacionada ao que Leite (2000) esclarece, que é uma visão equivocada, que deve ser superada, por tratar-se de uma visão simplista de quilombo, e que os quilombos não eram ocupados somente por ex-escravos, mas também por aqueles já libertos e pelos brancos pobres, fugindo do sistema de opressão pelo qual passavam. Como demonstra o DSC, o “*Quilombo é um lugar do passado onde os negros se refugiavam e*

quilombola são os antigos escravos e tem suas terras um pouquinho diferentes” (DSC – C - Quilombo como passado, quilombola como ex-escravizados). Este DSC leva à resposta de 2 entrevistados.

É perceptível a falta de conhecimento dos(as) professores(as) quanto a tais conceitos, não conhecendo a história dos(as) alunos(as) oriundos(as) de comunidades quilombolas. É possível notar que a maioria dos(as) professores(as) entrevistados(as) tem certa noção dos conceitos demonstrados na categoria ‘A’, mas, ao se juntarem aqueles que responderam que não sabem que é a categoria ‘B’ e aqueles que têm uma ideia equivocada de quilombo, soma a metade, empatando com a categoria ‘A’.

O questionamento sobre os conceitos de quilombos e quilombolas reflete também qual é o conhecimento que os(as) professores(as) possuem sobre a legislação, mais precisamente das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Desta forma, quando perguntado aos professores(as) sobre o conhecimento destas leis, isso gerou quatro categorias: A – Importância de trabalhar com as leis (dois entrevistados); B – Sem conhecimento (dois entrevistados); C – Ideia contrária (dois entrevistados); e D - Trabalho e conteúdo das leis (seis entrevistados).

A primeira categoria expressa a importância de se trabalhar com os temas afros e diversidade cultural na escola, tentando erradicar o preconceito. Também na fala dos(as) professores(as) percebe-se que exaltam o trabalho do(a) professor(a) de História no envolvimento com a temática e de repassar os conteúdos da legislação aos professores(as), visto que esteve à frente da equipe multidisciplinar por muito tempo.

Sim, até por conta da professora de história ela lembra da importância de se trabalhar, e nas reuniões pedagógicas eles ressaltam para a gente usar essa lei, no nosso livro de chamada tem que registrar a atividade que trabalhou de acordo com a lei que seria de a gente estar trabalhando, acolhendo, que não haja preconceito com eles (DSC – A – Importância de trabalhar as leis).

Esta categoria é complementada pela quarta categoria, ‘D – Trabalho e conteúdo das leis’, que expressa a importância de se trabalhar no dia a dia escolar, não sendo algo pontual, como ocorre na maioria dos casos. Esta categoria também expressa que o trabalho com a cultura afro-brasileira e africana não está somente em algumas disciplinas, mas deve compor o currículo de todas, como a da equipe multidisciplinar, assim no DSC sobre as legislações:

Começou estudando a 10.639 para implantar na escola, através da disciplina de história e de todas as outras disciplinas, mais inclusive a equipe multidisciplinar, foi feito cursos, estudou um pouquinho, pelo menos a essência da lei que garante o estudo tanto do indígena como dos negros e dos quilombolas e além de tudo a gente teve que estudar também

a 11.645 de 2008, que tinha que incorporar com a 10 mil e aí ficou essa mistura, negros e indígenas, sendo que a 45 veio substituir a 39, além de registrar no livro de chamada (DSC – D – Trabalho e conteúdo das leis).

Percebe-se que, com a implantação das equipes multidisciplinares, buscou-se preparar os(as) professores(as), com cursos voltados à legislação, o que fez com que alguns(as) professores(as) estudassem e conhecessem essas leis. No entanto, existem aqueles(as) que não têm o conhecimento ou têm uma ideia contrária do conteúdo da Lei 10.639/03 e a 11.645/08. Assim, as categorias ‘B – Sem conhecimento’ e ‘C – Ideia contrária’ foram necessárias para demonstrar que uma parcela de professores(as) não sabe o conteúdo das discriminadas leis, mesmo sendo obrigatórias no ensino básico, em todos os níveis. Assim, no DSC, as leis: “*São trabalhados no nosso PTD (Plano de Trabalho Docente), sobre a importância desse pessoal hoje inseridos na comunidade se tornando reconhecidas na nossa região, que eles têm direito a acesso a infraestrutura sendo que na realidade é bem diferente (DSC – C – Ideias contrária)*”.

A legislação, de certa forma, trabalha com a infraestrutura das comunidades, mas em específico as Leis 10.639/03 e a 11.645/08, em cuja redação está, especificamente, o quesito educacional, com o trabalho com temas afro-brasileiros e cultura africana, além da indígena. A questão de infraestrutura está presente no Programa Brasil Quilombola, lançado em 2004.

O conhecimento deste aparato legal, segundo as entrevistas realizadas e como mostra o Gráfico 3, somado às categorias ‘A’ e ‘D’, chega a oito entrevistados, quanto os que não sabem e aqueles que expressaram uma ideia divergente da lei, sendo que as categorias ‘B’ e ‘C’ somam quatro entrevistados.

Neste interim das equipes multidisciplinares e dos conhecimentos das legislações, refletem no trabalho com os temas da diversidade cultural e cultura africana na sala de aula, sendo a pergunta que foi feita para os(as) professores(as): ‘Como é o trabalho dos temas da cultura afro-brasileira e história da África nas suas aulas?’. Tal questão gerou três categorias: A – Trabalho não só na data da consciência (dois entrevistados); B - Trabalho com o tema afro contextualizado (cinco entrevistados); e C – Trabalho estanque (cinco entrevistados).

As duas primeiras categorias se complementam, pelo fato de que as aulas sobre estes temas devem ser trabalhadas o ano todo, não ficando algo pontual somente para o Dia da Consciência Negra, em novembro. Além do mais, os conteúdos devem ser contextualizados com a realidade para não se cair na armadilha de ser um trabalho pontual. Este trabalho contextualizado abre caminho para que se consiga colocar esses assuntos em diversos

conteúdos, como expresso nos DSC, sobre o trabalho não só na data da Consciência Negra e contextualizado:

Sempre vai aparecer esse assunto, não é só quando é nono ano que trabalho África, sempre está aparecendo, quando estou trabalhando os imigrantes tem a contribuição dos indígenas, tem os africanos. Quando alguma coisa que chama atenção na mídia também, trabalho através de textos, interpretações, mostrar para eles como era o passado e não sendo só quando vai falar na data, sempre que tem o conteúdo pertinente a gente está trabalhando (DSC – A – Trabalho não só na data da consciência).

Pego sempre o viés do assunto que está no meu programa e aí eu vou trabalhando, trabalha o resgate, trabalha com o continente africano, dependendo do tempo disponível que é muito curto, traz vídeos, revistas, livros, tento abranger dentro do conteúdo gráficos, uma situação problema, tento ser bem disciplinar sempre que tem uma abertura eu tento inserir alguma coisa, mas principalmente tenho acesso em atividades pela internet. Nós trabalhamos até porque a gente tem nosso PPP, nosso regimento e tem que trabalhar e fazer o registro em livro de classe. Geralmente deixo esses temas africanos mais para esse período da semana de novembro, outubro para desenvolver alguma coisa no dia 20 (DSC – B – Trabalho com o tema afro contextualizado).

Percebe-se que o trabalho com tais temas tem suas peculiaridades, como apresentado na DSC ‘B’, em que há uma dificuldade de se encontrarem atividades que possam inserir os temas, por falta de materiais disponíveis, e com isso a internet tem papel fundamental para se buscarem atividades e conteúdos relacionados ao tema. Isso também reflete naqueles(as) professores(as) que não desenvolvem a atividade de forma mais contundente, tendo um trabalho pontual, que reflete sempre na data da Consciência Negra, em novembro. Essa ideia está refletida na categoria ‘C – Trabalho estanque’:

São poucos trabalhados, mas trabalho em textos ou contos e autores africanos e tem a semana da cultura negra aqui que a gente trabalha especificamente na área dos afros e da cultura negra. Também os livros didáticos já trazem, então eu posso escolher como posso não escolher, pulo eles ou enfatizo eles, mas quando eu trabalho, prefiro trabalhar com a música e sempre fica para a feira cultural que daí trabalha junto (DSC – C – Trabalho estanque).

Esse DSC apresenta um relato interessante sobre a presença dos temas afros e cultura africana no livro didático, cujos(as) professores(as) podem trabalhá-los, ou não, o que demonstra certo desinteresse por parte de alguns profissionais.

A partir do questionamento sobre comemorações realizadas em datas específicas, como 13 de maio e 20 de novembro, geraram-se três categorias: A - Trabalho específico somente em novembro; B - Falta de integração e conhecimento de todos(as) os(as) professores(as); e C - Trabalhos específicos é pouco atuante. Em todas as respostas geradas

foi preciso que somente é realizado em novembro, e no mês de maio resta a cada professor(a) fazer alguma atividade dentro da sala de aula, algo que, segundo os DSC da pergunta anterior, não é realizado. O trabalho que é realizado somente em novembro é o que expressa o DSC da primeira categoria:

Mais no final do ano em 20 de novembro para abordar esse assunto que é feito alguma coisa no sentido de valorização da cultura afro, trabalhamos a feira cultural na forma de textos, teatros, apresentações, leituras, músicas afrodescendentes e são apresentados os trabalhos que são feitos nas aulas para escola e também para a comunidade, mas 13 de maio não (DSC – A – Trabalho específico somente em novembro).

Já a segunda e a terceira categorias expressam que falta conhecimento e certa resistência por parte de alguns(as) professores(as) para se trabalhar com esses temas, refletindo em pouca atuação. Outro ponto a ser analisado reflete no trabalho menos atuante da equipe multidisciplinar:

Sempre é proposto, sempre é feito em 20 de novembro são convidados todos os professores a fazer algum trabalho, desenvolver algum trabalho na sala de aula e expor nessa data de 20 de novembro. Infelizmente não são todos os professores que acatam a esse convite para trabalhar (DSC – B – Falta de integração e conhecimento de todos os professores).

Maio não, sempre em novembro, mas agora não é mais, nesta data é feito a feira de ciências e também já inclui a questão da diversidade, esses dois últimos anos não estava tendo referente ao tema (DSC – C – Trabalhos específico é pouco atuante).

Desta forma, percebe-se que há, ainda, no seio da sociedade, principalmente nas escolas, a maior resistência em se trabalhar com tais temas. Isso também é reflexo dos órgãos públicos da atualidade, com menos incentivo e menos ajuda nas escolas, a partir de materiais que auxiliem o desenvolvimento de um trabalho mais satisfatório, para se cumprir o que traz a legislação.

Nesse sentido, está relacionada a próxima pergunta: Qual é a ajuda do governo em relação a materiais para se trabalhar com esses temas e valorizar as comunidades quilombolas? Essa pergunta gerou três categorias: A – Pouco apoio dos órgãos públicos; B – Apoio não está mais presente; e C – Sem apoio dos órgãos públicos.

Na primeira categoria, ‘A’, os(as) professores(as) declaram que o apoio é pouco, havendo ainda muitas coisas a serem feitas que o governo poderia realizar, mas também relatam que o governo manda alguns livros sobre a temática. “*O Estado que manda algum material didático, mas é pouco, a SEED manda alguns documentos para gente trabalhar, mas materiais mesmo somos nós que temos que procurar e fazer, deveria ser melhor (DSC – A –*

Pouco apoio dos órgãos públicos)”.

A categoria ‘B’ relata que o governo, nas últimas gestões, tem deixado a desejar, muitas coisas foram retiradas, cursos que envolvem a temática não estão mais sendo realizados ou incentivados, materiais estão se tornando mais escassos, e com isso o trabalho fica prejudicado:

No começo teve, na época do Requião, o Estado por meio da Secretaria da Diversidade do Governo do Estado, teve muita valorização, teve muito resgate, comprou-se livros, fez-se biblioteca, incentivou a arte, incentivou o teatro, material em relação ao curso da equipe multidisciplinar, quando tinha o Faxinal do Céu recebíamos subsídio para participar, nos livros vem, ultimamente esses livros de agora não são tão enfáticos, eles abordam os assuntos de uma maneira geral. Tinha um monte de coisas que ajudou no desenvolvimento das comunidades quilombolas, nesse governo do Beto Richa, incentivo da parte do órgão Estadual é muito pouco, e materiais faz muito tempo que não vem nada (DSC – B – Apoio não está mais presente).

Por fim, a categoria ‘C’ relata que não há apoio dos órgãos públicos, de modo que, para se desenvolver um trabalho satisfatório, o professor deve ir em busca de materiais ou daqueles disponibilizados para a equipe multidisciplinar, como está expresso no DSC. Assim, os órgãos públicos ajudam em *“Nada, nós que vamos atrás do material disponível no portal das equipes multidisciplinares, não vejo que eles se esforçam para estar ajudando a escola, a escola que vai buscar” (DSC – C Sem apoio dos órgãos públicos).*

Outro ponto que faz com que os(as) professores(as) não trabalhem com os referidos temas está relacionado a não saberem a respeito, além de que muitos não fizeram cursos sobre a temática. Para isso, foi realizada, na entrevista, uma questão que está relacionada a se ‘fez algum curso ou especialização sobre o tema cultura afro-brasileira e africana que incluía a Lei 10.639/03’. Dentro dessa questão, foram identificadas duas categorias: A – Curso da equipe multidisciplinar; e B – Não fez nenhum curso, que representa cinco entrevistados.

A primeira categoria ‘A’ está relacionada àqueles(as) professores(as) que participaram e/ou participam da equipe multidisciplinar, como está na Instrução nº 010/2010 – SUED/SEED (PARANÁ, 2010), a Secretaria do Estado da Educação (SEED), representando sete entrevistas. Muitos(as) professores(as) tiveram o contato com tais temas, refletindo na atuação da equipe multidisciplinar: esse curso, *“desde 2010, foi promovido pelo Governo do Estado, pela SEED, pela equipe multidisciplinar em Faxinal do Céu, em Guarapuava, Curitiba” (DSC – A – Cursos da equipe multidisciplinar).* É perceptível que se não fossem os cursos ofertados da equipe multidisciplinar, os(as) professores(as) não teriam contato com a temática.

O questionamento ‘É feito algum trabalho especial para a valorização da história e memória da população negra?’ foi de extrema importância para saber a atuação da escola, assim, essa questão gerou três categorias: A – Em datas específicas; B – Não tem é no dia a dia; e C – É no trabalho diário do professor.

As três categorias se complementam: a categoria A apresenta seu Discurso do Sujeito Coletivo baseado no trabalho que é desenvolvido em novembro, mas, à parte disso, a escola nada faz para a valorização da comunidade. Assim, há eventos de valorização “*Só em datas específicas, próximo ao 20 de novembro ou dependendo do professor mesmo*” (DSC – A – Em datas específicas). Já a categoria ‘B’ e ‘C’ demonstram que não há um trabalho de valorização propriamente dito, que fica voltado ao trabalho diário do professor, trazendo esses temas contextualizados com a aula:

Específico assim não, na verdade a gente procura no dia a dia, no trabalho do professor na sala de aula mesmo (DSC – B – Não tem é no dia a dia).

Sim, sempre tem eventos que fortalecem a questão racial procurando fazer um trabalho diferenciado no dia a dia (DSC – C – É no trabalho diário do professor).

Foi perguntado aos(as) professores(as) o que eles(as) pensam sobre possíveis medidas para que ocorra a valorização docente. Esta questão gerou quatro categorias. A primeira categoria, ‘A – Valorização por projetos na escola e na comunidade’, reflete ações que a escola pode fazer para valorizar as comunidades, sendo fator preponderante para o reconhecimento, enquanto comunidade originária; a comunidade também deve receber projetos para que haja este reconhecimento. A segunda categoria vem para complementar a primeira, categoria ‘B – Valorização diariamente’, pois além dos projetos deve valorizar a história e memória dessa população diariamente. Os DCS trazem que:

Tem que ter um projeto que envolva a escola o ano inteiro, uma cobrança por parte de todos os professores para não ser tão pontual e tentando conscientizar a comunidade escolar para que valorize eles, tentar propor atividades para que eles valorizem o colega e eles mesmo se reconheçam enquanto quilombolas, pois eles ficaram muitos dependentes de ajuda de fora e a maioria desse povo está indo embora, estão abandonando essas terras (DSC – A – Valorização por projetos na escola e na comunidade).

É a gente mesmo sensibilizar, no dia a dia dentro da sala de aula, conversando, escutando eles, estar sempre lembrando para que eles valorizem as pessoas, sua cultura, o modo que vivem, é um trabalho de auto estima deles, mostrando a cultura e a história para que tenha sempre essa valorização (DSC – B – Valorização diariamente).

Já a terceira categoria, ‘C - Distribuição financeira mais justa’, faz uma crítica à

distribuição dos recursos nos governos, seja Federal, Estadual e Municipal, em que não há uma destinação correta e igualitária, sobrando sempre para o elo mais fraco, que são as comunidades. Assim, deve “*Ter uma melhor distribuição financeira do governo em todos os setores, refletindo em ação nas comunidades*” (DSC – C – Distribuição financeira mais justa).

A última categoria, categoria ‘D - Não precisa valorizar para ter uma igualdade’, demonstra que há um equívoco, pois o fato de o DSC valorizar certas populações acarretaria uma desvalorização de outras. Assim, no DSC:

Sou defensora para não fazer essa diferença, então eu tenho um pouquinho de aversão a essas ênfases, gostaria que estivesse tudo igual e nem precisasse falar mais disso, porque me incentiva a olhar para pele dela e eu não gosto de fazer isso. (DSC – D – Não precisa valorizar para ter uma igualdade)

Esta categoria representa aquilo que o movimento negro combateu e combate desde há muito tempo, que é a democracia racial, pois muitos pensam, como retratado na DSC, sendo que tratar da valorização dessa população está refletido naquilo que muito tempo tentaram mascarar: a contribuição do negro na sociedade.

Por fim, a última questão da entrevista, “Quais as medidas necessárias para o governo e até mesmo o colégio para se cumprir a legislação e trabalhar com os temas afro-brasileiros e diversidade étnica?”, resultou três categorias, sendo a primeira a categoria ‘A – O Estado por meio de ações’, relacionada ao que o Estado, em todas suas esferas, possa fazer para melhorar o ensino, cumprindo-se a legislação:

O governo criou a equipe multidisciplinar foi um passo, mas também é muito estanque, tinha que ser mais preparado, ter mais curso, mais palestras, mais coisas do cunho científico, o que a comunidade científica está falando, o que que foi descoberto, o que que é importante, como a gente pode trabalhar, ter um investimento em capacitação, material, considerar o material humano que a gente já tem, olhar mais para as comunidades, dar apoio, valorizar, conhecer mais, esse governo não conhece e também não tem nenhum interesse de conhecer. E a escola abrindo a porta dando oportunidade para que eles venham e mostrem seu trabalho e aliar conhecimento e prática, contextualizando sempre (DSC – A – O Estado por meio de ações).

Já na categoria ‘B’ – Investimento na equipe multidisciplinar e valorização’, acredita-se que investir nas equipes multidisciplinares possa melhorar a efetivação das legislações e da valorização dos quilombolas, dessa forma, o DSC traz que as ações são “*Através das equipes estarem sempre trabalhando, valorizando e que o governo também esteja sempre presente para ajudar nesse trabalho*” (DSC – B – Investimento na equipe multidisciplinar e valorização).

A última categoria, ‘C’ – Valorização dos quilombolas no colégio’, acredita que se deve valorizar os quilombolas no colégio, para que os outros alunos percebam e valorizem essa cultura, esse modo de vida particular.

O Colégio está contribuindo com essa valorização, trabalhando, conscientizando as pessoas que desprezam as outras raças e propor mais grupos de estudos dentro de reuniões pedagógicas e colocar no projeto político pedagógico da escola para envolver todos os professores, além de atividades que venham a acolher melhor os alunos (DSC – C – Valorização dos quilombolas no colégio).

Nota-se que as ações tomadas pela escola não estão mais direcionadas aos quilombolas, pois, como retratado, não estão sendo realizadas atividades que envolvam a escola e a comunidade para dialogarem e trazerem para dentro da escola a comunidade quilombola.

Algumas considerações

É perceptível que o cumprimento do que está disposto nas Leis 10.639/03 e a 11.645/08 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola está muito longe de ocorrer, em que se preserva ainda uma educação que não valoriza a pluralidade das culturas, histórias e narrativas, como é o caso da cultura africana. As leis que vieram para fortalecer a imagem do afrodescendente no dia a dia não se efetivaram, como demonstrado. Podemos, ainda, perceber que a escola não está preparada para se adequar às legislações. Cabe destacar que essa situação pode ser modificada, pois é pela educação que o cenário de inferioridade da população negra e quilombola pode ser modificado. Essas mudanças podem ocorrer paulatinamente, com o trabalho do(a) professor(a), mas, para isso, é preciso disponibilizar a formação inicial e continuada. Portanto, considera-se primordial o despertar sobre a temática em questão, bem como a efetivação do que propõem as políticas educacionais e a legislação educacional vigente, contudo, o desafio é imenso por se tratar de um debate histórico, político e social.

Referências

BRASIL. Lei Federal nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Casa Civil, Brasília, 20 dez. 1996.

BRASIL. Lei Federal n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira**. Brasília: MEC, 2003.

BRASIL. Parecer nº. CNE/CP 3/2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília:

MEC Ministério da Educação: Conselho Nacional de Educação, 2004a. 17 p.

BRASIL. Resolução nº 1, de 17 Junho de 2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico - Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC Ministério da Educação: Conselho Nacional de Educação: Conselho Pleno, 2004b.

BRASIL. Resolução nº 8, de 20 de novembro. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.** MEC. Ministério da Educação: Conselho Nacional de Educação, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Brasil Quilombola.** Brasília: MS, 2004.

BRASIL. Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. **Diário Oficial da União,** Brasília, 2012.

CURITIBA. Fazenda Capão Alto. **Cadernos Patrimônio:** 1 Série Estudos. Curitiba, SECE, 1985.

CURITIBA. **Instituto de Terras, Cartografia e Geociências Terra e cidadania.** Curitiba: ITCG, 2008.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria. **Depoimentos e Discursos:** Uma Proposta de Análise em Pesquisa Social. Brasília: Líber Livro, 2005.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica,** Florianópolis - SC, v. IV, n.2, p. 333-354, 2000.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J.; TOSCHI, M. S. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2005; 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica.** 4.ed. São Paulo: Atlas S.A., 2006.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **A primeira Escola de Professores dos Campos Gerais – PR.** 225f. Tese (Doutorado em Filosofia e História) - Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2004.

PARANÁ. **Instrução nº 010/2010 – SUED/SEED.** Regulamenta a criação das Equipes Multidisciplinares para tratar da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena. Curitiba, 23 set. 2010.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil. In: FONSECA, Marcus Vinícius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES, Alexandra Borges (org.). **Relações étnico-raciais e educação no Brasil.** Belo Horizonte: Mazza, 2011. p. 11-37.